



# Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901  
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

## ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-10-2024.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e oito minutos, reuniu-se, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores, com a presença dos vereadores Lourdes Sprenger, Mônica Leal, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e Ramiro Rosário. Também esteve presente a vereadora Biga Pereira. Em prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a vereadora Psicóloga Tanise Sabino se encontrava em Representação Externa (RE), conforme SEI nº 215.00078/2024-67, apregoadado em Plenário. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foi DISTRIBUÍDO, para Parecer, o seguinte processo: à vereadora Lourdes Sprenger, o Projeto de Lei do Legislativo nº 174/24 (Processo nº 0335/24). Acrescenta-se, ainda, que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte e três de outubro do corrente, os seguintes Pareceres: nº 058/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 081/24 – Processo nº 0164/24) e nº 059/24 (Requerimento nº 078/24 – Processo nº 0463/24), ambos de autoria da vereadora Cláudia Araújo. E, no dia vinte e quatro de outubro corrente, os seguintes Pareceres: nº 060/24 (Projeto de Lei do Executivo nº 030/24 – Processo nº 0622/24), nº 061/24 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/24 – Processo nº 0306/24), nº 062/24 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/24 – Processo nº 0312/24), todos de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. E, no dia vinte e nove de outubro corrente, os seguintes Pareceres: nº 063/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 212/24 – Processo nº 0426/24), nº 064/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 191/24 – Processo nº 0382/24), ambos de autoria da vereadora Psicóloga Tanise Sabino e nº 065/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 246/24 – Processo nº 0501/24), de autoria da vereadora Cláudia Araújo. Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Outubro Rosa: a situação municipal das filas de mamografias, ultrassonografias bilaterais mamárias, traumatologia e demais exames de imagem”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Belmonte Marroni, representante da Fundação Sol para Reconstrução Social; Rosa Maria Rímolo Vilarino, integrante da área de Saúde da Mulher do Núcleo de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Fernanda Fernandes, diretora-geral da SMS, e Luciane da Silva, conselheira do Conselho Regional de Enfermagem (Coren). A seguir, a senhora Presidente, a vereadora Lourdes Sprenger, efetuou considerações gerais sobre o assunto a ser debatido e passou a palavra aos demais integrantes da Mesa. O senhor Belmonte Marroni efetuou apresentação de slides tratando do contexto de criação da Fundação Sol para Reconstrução Social, demonstrando ações realizadas pela instituição, voltadas para objetivos sociais, tais como projetos assistenciais e projetos educacionais. A seguir, a senhora Rosa Maria Rímolo Vilarino detalhou ações da SMS voltadas ao diagnóstico precoce de mulheres com sinais e sintomas suspeitos de câncer de mama e ao rastreamento da doença em mulheres assintomáticas entre cinquenta e sessenta e nove anos

por meio de exames bienais, além de iniciativas para promoção de hábitos saudáveis. Apresentou, ainda, a linha de cuidado utilizada através dos diversos níveis de complexidade da rede de assistência em saúde. Demonstrou o protocolo de rastreamento de neoplasias, que contempla o câncer de mama, e explicou quais são as recomendações para cada faixa etária e para cada perfil de histórico familiar. Detalhou o quantitativo de casos alterados de forma segmentada por faixa etária e comentou que, no ano corrente, houve um aumento na fila de espera por mamografias, explicando que isso está relacionado com uma maior busca da população à Rede de Atenção Primária, bem como a redução da população contemplada pela Rede de Saúde Suplementar. Quanto à oferta, observou que houve problemas durante as inundações ocorridas no mês de maio, pois uma das clínicas prestadoras do serviço teve sua sede impactada pelo evento climático e adicionou que outra clínica contratada para realizar mamografias perdeu as condições necessárias para manutenção do contrato durante determinado período do ano. Também informou que o tempo de espera atual para realização de mamografias é de quarenta e oito dias e que, no mês de outubro, há alta da demanda pelo exame devido à campanha do Outubro Rosa. Registrou, por outro lado, que há dois novos mamógrafos disponíveis na rede e que o grau de absenteísmo para mamografias encontra-se em dezoito por cento. Dando continuidade, expôs gráfico de média de tempo de espera para exames de ultrassonografia mamária e dados sobre o histórico de fila de espera para esse exame desde janeiro de dois mil e vinte e dois, chamando atenção para a grande redução de filas a partir de dois mil e vinte e três. Explicou, ainda, em quais hospitais da rede são realizados o tratamento e as confirmações diagnósticas. Por fim, observou haver vinte pacientes na fila de espera para confirmação diagnóstica, sendo o tempo média de espera para esses casos de alta prioridade de três dias para marcação da consulta e de mais dez dias para realização da consulta. Após, a vereadora Cláudia Araújo demonstrou preocupação com o aumento da fila de espera para exames de diagnóstico de câncer de mama, ainda mais depois de um período no qual foram quase extintas tais filas. Também questionou o que pode ser feito para a reversão desse quadro e destacou a existência de legislação determinando o prazo máximo para início do tratamento após o diagnóstico de câncer, defendendo o seu cumprimento. Em prosseguimento, a vereadora Mônica Leal afirmou estar alarmada com os números de casos de câncer de mama e as tendências de alta previstas para os próximos anos, bem como com os custos de internação dessas pacientes. Comentou o fato de quarenta por cento dos diagnósticos ocorrer em fase avançada e de a atual cobertura de rastreamento estar em trinta e cinco por cento quando o preconizado pela Organização Mundial da Saúde é setenta por cento. Salientou que, quando uma mulher adoece, a família inteira sofre e convocou todos a abraçarem essa causa como prioridade. Em seguida, o vereador Aldacir Olibonidisse estar preocupado com o relatório apresentado pela SMS e considerou lamentável que o Poder Público não traga soluções para o aumento das filas. Afirmou que o Poder Público precisa ser mais criativo diante desse problema e criticou o não cumprimento do prazo máximo para início do tratamento após o diagnóstico de câncer. Dando continuidade, a vereadora Biga Pereira parabenizou a discussão da pauta e considerou grave o quadro apresentado pela Prefeitura Municipal. Afirmou que dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) apontam que a incidência do câncer de mama em Porto Alegre é a maior do Brasil, questionando o motivo pelo qual isso ocorre. Defendeu a verificação do problema da oferta de exames junto à SMS e a realização de mutirão de exames na cidade. Ressaltou, ainda, o grande quantitativo de emendas orçamentárias destinadas à área da saúde pelos parlamentares. Destacou que o diagnóstico precoce é importante porque salva vidas e colocou-se à disposição da Comissão como procuradora especial da Mulher da Câmara Municipal. Após, a senhora Luciane da Silva afirmou que essa campanha precisa ser realizada durante o ano inteiro, não apenas no mês de outubro. A seguir, a senhora Fernanda Fernandes explicou que a SMS se debruçou sobre os dados de exames para o diagnóstico de câncer de mama e constatou que a redução das filas coincidiu com o momento de maior destinação de emendas parlamentares específicas para a área. Informou que ocorrerá em breve a publicação de nova determinação do Ministério da Saúde aumentando o valor pago por esses exames, o que terá um impacto muito positivo na contratação de clínicas. Observou que está sendo instalado um novo mamógrafo no Hospital Vila Nova, o que permitirá o aumento da oferta de exames. Por fim, afirmou que, quando se trata de ampliar a rede conveniada, o financiamento é sempre um obstáculo, sendo as emendas parlamentares muito relevantes para essa finalidade. Após, a vereadora Lourdes Sprenger discordou de que a responsabilidade pelo aumento das filas para a realização de exames seja atribuída

aos valores destinados via emendas parlamentares por parte dos vereadores. Destacou que não há carência de exames apenas para o câncer de mama e chamou atenção para a existência de outras alternativas para solucionar o problema, como a utilização de recursos federais. A seguir, o vereador Ramiro Rosário manifestou concordância com a vereadora Lourdes Sprenger, apontando para o fato de que a SMS possui um dos maiores orçamentos da Prefeitura Municipal. Registrou que não destinaria mais nenhuma emenda orçamentária à SMS, pois a Secretaria Municipal de Saúde é incompetente para utilizar os recursos devido a sua lentidão e burocracia, sendo diversos os casos de má destinação de recursos. O vereador Aldacir Oliboni, por sua vez, propôs a destinação de emenda orçamentária em nome da Comissão de Saúde e Meio Ambiente no valor de dois milhões de reais ou mais. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: a) efetuar reunião com o secretário municipal da Saúde para propor a realização de mutirão de exames para o diagnóstico do câncer de mama; b) registrar a importância de ações de conscientização sobre o câncer de mama ocorrerem ao longo do ano inteiro, não se restringindo ao mês de outubro e c) destinar emenda orçamentária em nome da Comissão de Saúde e Meio Ambiente no valor de dois milhões de reais ou mais. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às onze horas e treze minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Lourdes Sprenger.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, Vereador (a)**, em 06/11/2024, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0796511** e o código CRC **52494341**.